



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140781 - ES (2021/0001452-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : LUIZ FERNANDO GOMES DO NASCIMENTO (PRESO)
ADVOGADOS : FILIPE CARLOS MACIEL FERREIRA - ES018787
FLÁVIA BORGES GOMES LOBO - ES029288
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por LUIZ FERNANDO GOMES DO NASCIMENTO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (N. 0023861-55.2019.8.08.0000).

O recorrente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva, por práticas descritas no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 e no art. 16, parágrafo único, IV, da Lei n. 10826/2003.

Foi recebida denúncia contra o recorrente, porque no dia 28 de junho de 2019 foi apanhado na posse de 28 pinos de cocaína; 65 pedras de crack; 28 buchas de maconha e um revólver calibre 38, da marca Taurus, com numeração raspada.

O acórdão atacado entendeu que o alegado vício no flagrante estaria superado pela decretação da preventiva, que se mantém pela reiteração criminosa.

Sustenta o recorrente que o flagrante é nulo, determinando, por consequência, a nulidade do processo, porquanto teriam os policiais invadido a sua casa sem mandado. Aduz que deve ser trancada a ação penal, porquanto seria inepta a denúncia e não há justa causa para a persecução penal relativa ao crime de tráfico.

Alega ainda que há violação do contraditório e da ampla defesa, pois a sua defesa não teve acesso a diligências do inquérito, cujo relatório final já estaria pronto, sem nem mesmo a realização dos atos de colheita probatória. Diz que a decisão da preventiva é desprovida de fundamentos concretos, pois está arrimada em depoimentos viciados de policiais, sem falar que nada de ilícito teria sido encontrado na sua posse.

Salienta que, se houver condenação, deverá ocorrer no regime inicial aberto, o que denota o desacerto do encarceramento cautelar. Ressalta que não estão demonstrados os requisitos da preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, tampouco sua necessidade, máxime tendo em vista seus bons predicados pessoais.

Requer, liminarmente, seja colocado em liberdade. No mérito, requer o provimento do recurso para ratificar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que “é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que ‘a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade’ (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)” (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente